

Política econômica não será modificada

ARNOLFO CARVALHO

Faltando poucas semanas para o término do ano, já é possível traçar um quadro do que será no próximo exercício o desempenho da economia brasileira: de acordo com a visão do Banco Central, basta adotar uma taxa de inflação em torno de 80% para 1982, e a partir daí fazer as necessárias transposições para outros indicadores econômicos, já que não há nenhuma intenção de mudar as regras do jogo.

O controle interno do crédito, exclusivamente para conter a expansão dos meios de pagamentos (papel-moeda em poder do público mais depósito à vista nos bancos) de forma a manter a tendência declinante da inflação e também para forçar a tomada de empréstimos em moeda estrangeira, deverá continuar no mesmo nível — isto é, seriam os mesmos 50% deste ano, descontando a menor pressão por crédito resultante das taxas mais baixas de inflação, o que no final poderia dar até 60%, em 1982.

COMBINAÇÃO IDEAL

As taxas de juros ainda são fatores imprevisíveis, tanto aqui como no exterior, de forma que os economistas do governo simplesmente torcem para que a **prime rate** continue caindo nos Estados Unidos, baixando as taxas internacionais pagas pelo Brasil, já que esta queda levaria inevitavelmente a um menor custo interno do dinheiro, acompanhando a retração da inflação.

Tudo indica que o fator sorte está do lado do governo no próximo ano, já que a Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) decidiu “estabilizar” os preços do óleo até dezembro do ano que vem, o que dá uma boa margem de manobra para as autoridades, às voltas inclusive com uma crescente pressão por investimentos e mais recursos destinados a Estados e municípios de interesse do PDS, nas próximas eleições.

Fica apenas o outro fator, do qual dependeria a “combinação ideal” para favorecer a economia brasileira em 1982: as taxas de juros determinadas no mercado internacional a partir da **prime rate** (cobrada pelos grandes bancos americanos e seus “clientes preferenciais”), que por sua vez é livremente determinada pelos bancos de acordo com a pressão do mercado e, principalmente, de acordo com as taxas de juros impostas pelos títulos da dívida federal no mercado americano.

Agora, que o presidente Ronald Reagan resolveu mudar de idéia e reconhecer que sua “austeridade republicana monetarista” estava indo longe demais — com as taxas de juros atingindo níveis que a ética protestante da opinião pública americana não pode suportar por muito tempo, para não falar na própria economia —, já não há como mudar a orientação imposta pelo Federal Reserve Board (banco central americano, com poderes autônomos do Executivo) em sua meta de controlar os meios de pagamentos de apenas 6% ao longo deste ano, para reduzir a inflação.

Para a economia brasileira, entretanto, qualquer queda que ocorrer na **prime** (e em consequência da taxa interbancária oferecida no mercado de Londres, a **Libor**) favorecerá os empréstimos que tomamos no exterior e resultará na queda interna dos juros, mantendo-se mais o estímulo à captação externa a partir do controle interno do crédito do que propriamente pelo diferencial de custos, como atualmente já está ocorrendo.

Veja-se por exemplo, que o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, já calcula o montante dos recursos externos que serão necessários no próximo ano em torno dos mesmos US\$ 15 bilhões deste ano — isto levando em conta que vai haver superávit na balança comercial de 1982, em níveis melhores do que esperados para dezembro deste ano. Esta repetição de captação é um bom sinal, significa menor endividamento externo e resultará em termos reais em queda no volume necessário para fechar o balanço de pagamentos do ano que vem.

A estabilização dos preços do petróleo, com a substituição interna pelo ál-

cool etc, também deverá concorrer substancialmente para não pressionar a balança comercial de 1982, mantendo talvez algo semelhante aos 750 mil barris diários que estão sendo importados, a preços reais estabilizados. Isto significa também que não será necessário nenhum mecanismo de redução das importações ainda mais (o que é quase impossível), bastando o governo assegurar crédito suficiente para a produção de manufaturados para exportação, bem como para importadores estrangeiros, interessados em produtos brasileiros mas que querem crédito, mais do que nunca.

RELANÇAMENTO

Toda esta situação externa, praticamente delineada desde agora a menos que surjam imprevistos no cenário político mundial, deverá continuar determinando de maneira clara a orientação da política econômica brasileira e o próprio comportamento do Produto Interno Bruto, uma vez que este caminho da “dependência controlada” adotada pelo governo não pode mais ser interrompido de repente, a não ser provocando uma verdadeira revolução.

O grande trunfo do governo, entretanto, é que a política monetária adotada por Carlos Langoni, à frente do Banco Central desde janeiro do ano passado, acabou resultando na queda efetiva da inflação, ainda pequena mas bastante significativa porque indica a quebra da expectativa inflacionária — que por sinal estava sendo um dos principais obstáculos nos últimos meses.

Com isso é possível, pretender — como está sendo feito atualmente pelos técnicos do Banco Central que trabalham na preparação do orçamento monetário de 1982 — que não seja alterada a linha geral da política monetária do governo, mantendo-se a estratégia de combater a inflação (que poderia fechar este ano até com 90 e poucos por cento, devendo cair ainda mais ao final de 1982) a partir do rigoroso controle dos meios de pagamento (principalmente via crédito controlado nos bancos e utilização de recursos externos para financiar as necessidades da economia sem provocar inflação) e da base monetária, por intermédio do corte nos subsídios, que reduzirá a emissão e as despesas do Tesouro Nacional, bem como corte nos gastos governamentais.

Como a perspectiva até agora é de que teremos uma boa safra — inclusive o tempo está ajudando bastante as lavouras que começam agora — pode-se esperar que o ano econômico de 1982 não será de todo desfavorável para o governo, em termos políticos, uma vez que poderão ser apontados resultados concretos como redução da inflação e seu controle aceitável, reequilíbrio das contas externas com menor índice de endividamento junto aos banqueiros estrangeiros e, principalmente, uma certa arrumação na casa (leia-se: nos orçamentos fiscal e monetário para começar), para permitir uma folga maior no crédito.

Com isso o governo espera afastar o fantasma da recessão, principalmente na indústria, antes que ele tome proporções incontrolláveis e resulte em contradições políticas dentro do próprio bloco de poder, no país: dentro desta ótica é que está sendo preparado, desde agora, o que o ministro Delfim Netto parece ter resolvido chamar de “relançamento” da economia, com o PIB crescendo novamente (porque se não der zero este ano, vai ficar perto, de acordo com os empresários), e preparando terreno até mesmo para um novo período de crescimento acelerado da economia, no futuro próximo.

JUROS

O Banco Morgan Guaranty baixou ontem sua taxa de juros para clientes preferenciais (**Prime-Rate**) de 18 para 17,5 por cento, depois que o Banco Central reduziu, sexta-feira, a taxa de empréstimos que cobra dos bancos filiados.

Na semana passada, o Continental Illinois já havia reduzido sua taxa de juros para 17,5 por cento.